

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Data: 08/01/83

139

### Documento garante posse de terras aos Pataxó

Sandra Costa  
da Editoria de Cidade

#### Garantida a terra para os índios Pataxó

A posse da fazenda São Lucas, na Bahia, foi assegurada ontem aos índios Pataxó pelo juiz da 2ª. Vara da Justiça Federal, com sede em Salvador, Lázaro Guimarães. Em sua decisão, que antecede a sentença deste interdito proibitório em cerca de um mês, o juiz estipulou uma multa diária de Cr\$ 200 mil para o caso de os índios serem perturbados pelo fazendeiro Jenner Pereira Rocha, que se diz proprietário das terras. A partir dessa decisão, os Pataxó poderão cultivar suas lavouras de subsistência nos 1,2 mil hectares da fazenda. Anteriormente, esses índios eram sustentados pela FUNAI (Página 5)

Um documento garantindo a presença dos índios Pataxó na reserva do município de Pau-Brasil (BA), foi entregue ontem, às 13 horas, no Fórum de Salvador, pelo procurador da FUNAI, Afonso de Moraes. O "interdito proibitório", que assegura a posse de uma pequena parte da reserva indígena — a Fazenda São Lucas, com aproximadamente 1.200 hectares, será anexado ao processo que a Fundação Nacional do Índio move contra o fazendeiro Jenner Pereira Rocha, atual arrendatário.

Os documentos que serão entregues hoje no Fórum, dizem respeito a apenas um processo "da guerra fria que está sendo mantida entre o governo do Estado da Bahia e a Federação, através da FUNAI", segundo Afonso de Moraes. No entanto, existem 300 fazendeiros na reserva indígena graças ao direito de propriedade fornecido pelo Estado.

O procurador da FUNAI explica que, para retirar os fazendeiros da reserva, a FUNAI também move, paralelamente, uma "ação declaratória", a fim de anular os títulos emitidos e lavrados em cartório. Segundo ele "os títulos emitidos, em nome de invasores, posseiros, arrendatários e grileiros, são ilegais e inconstitucionais".

#### LEGALIDADE

A legalidade, mencionada pelo procurador da FUNAI, principia em 1926 quando o governo da Bahia doa à União 36 mil ha, a fim de criar a reserva indígena Caramuru, Catarina Paraguassu. Começa então o trabalho de demarcação e delimitação da terra, pelo Estado da Bahia e SPI.

Na ocasião, é formada uma equipe de trabalho e contratado o engenheiro Alfredo de Amorim, um civil, para medir e marcar a reserva. Nesta expedição, participa o então capitão, Moisés Castelo Branco, hoje general da reserva, e que, apesar de seus 80 anos, tudo relata sobre a delimitação da terra dos Pataxó.

Em 1938 a demarcação é concluída e, de acordo com a lei 6001, do Estatuto do Índio, o Estado da Bahia perde o poder de disposição sobre as terras. No entanto, a lei não é respeitada. O próprio Serviço de Proteção do Índio (SPI) começa a arrendar a área. Os pseudo-donos fazem benfeitorias e passam adiante as terras.

Quando o arrendatário fornece seu direito de arrendamento ele não vende a terra, mas as benfeitorias, conforme explicam as certidões de propriedade, garante Afonso de Moraes. Para ele, uma prova disto, é que nos títulos, fornecidos pelos vários governos — entre eles o de Roberto Santos (que passou várias certidões) e de Antônio Carlos Magalhães — está implícito:

— A terra arrendada está localizada no posto indígena Paraguassu, Mundo Novo, atual município de Pau-Brasil.

#### DIREITO

O procurador da FUNAI também anexará ao processo o relatório da pesquisadora Hilda Baquero Paraiso, da Universidade Federal da Bahia. "Ela realizou este relatório em 1976, sem ter nada a ver com a

Funai. Neste, Hilda Baquero explica que é indiscutível que a área sempre pertenceu aos Pataxó:

— Não se discute a posse da terra, ela é dos índios. Podemos explicar que a primeira notícia que temos sobre os Pataxó na região, versa de 1651, quando a expedição de Francisco da Rocha se deslocou de Ilhéus.

"Em 1937", continua, "os Pataxó concentravam-se em São Baaventura do Poxul e Ilhéus, o que dificultava o povoamento da região, por membros da sociedade colonial. Isto, era interpretado pelo governo, como um grave prejuízo".

Já nesta época, começa todo o problema entre fazendeiros e o governo do Estado e a FUNAI e os Pataxó, segundo Afonso de Moraes, "pois ali estão localizadas as maiores fazendas de cacau da Bahia". Portanto, pode-se alegar que toda a guerra fria de Pau-Brasil, é uma consequência da área ser considerada como uma das mais ricas da região, face a concentração de grandes fazendas de cacau e de criação de bovinos.

— Doi a duplicidade da questão e da preocupação das partes envolvidas em se chegar a uma solução conciliatória. Isto poderá ser conseguido através de um acordo, tentado desde agosto de 1982, dando aos índios 6.500 ha. incluindo a Fazenda São Lucas e cerca de 30 mil ha para os fazendeiros", explicou o procurador.

#### HOMENS BRANCOS

Mas se os índios tinham dito sim a este acordo, que a FUNAI está tentando conseguir, segundo o seu presidente, coronel Paulo Leal, os Pataxó já mudaram de opinião. Ontem, o cacique Nelson Saracura afirmou que não aceita mais nenhum acordo com os "homens brancos" e que quer toda a área demarcada, ou seja, os 36 mil ha.

"Não quero nenhum palmo da terra do homem branco, mas não dou nem meio da minha", afirma.

Com a mudança de posição dos Pataxó, existe a possibilidade de ocorrer o mesmo que em março do ano passado, quando os índios foram à Paulo Leal comunicar uma decisão: "Vamos retomar a terra de nossa propriedade, no dia 19 de abril. É dia do índio e, portanto, uma bela data para morrer".

Para combater o fúnebre desejo, o presidente da FUNAI, colocou na fazenda São Lucas (formada de um barracão e alguns currais), policiais federais, para garantir a proteção ao povo Pataxó. Mas caso a Justiça decida pelos fazendeiros, os índios não devem mais ameaçar e sim cumprir a ameaça de Saracura: "das nossas terras só saímos, eu ou qualquer índio, mortos".

Apesar de Paulo Leal afirmar, por duas vezes, que a comissão de Pataxó, que se encontra em Brasília, retornaria à Pau-Brasil, ontem, Nelson Saracura mostrou-se enfático:

— Pode demorar o tempo que for para que a solução seja dada, só vamos embora daqui quando vier a resposta. Enquanto a causa estiver sendo julgada, vamos respeitar a decisão da Justiça, mas se ela for contra aos índios, cumprimos as nossas ameaças".